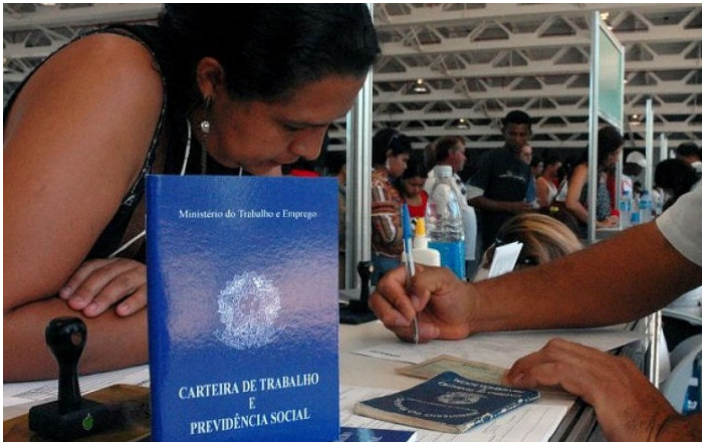


FOLHA BANCÁRIA

Sindicato dos Bancários de Presidente Prudente e Região - CUT - Fevereiro de 2019 - Nº 702

REFORMA DA PREVIDÊNCIA PENALIZA OS JOVENS



Os jovens também serão muito afetados com a Reforma da Previdência. Isso ficou claro na afirmação do ministro da Economia, Paulo Guedes, na terça-feira (5), de que o texto da reforma da Previdência incluirá uma nova opção de regime trabalhista para os jovens que ingressarem no mercado de trabalho.

Segundo Paulo Guedes, se aprovada, a PEC da Previdência, coexistirão, no mercado de trabalho, os dois sistemas: o novo, desconstitucionalizado e desregulamentado e o atual, inspirado na "Carta del Lavoro" (de Benito Mussolini), com a Justiça do Trabalho, os sindicatos e poucos empregos.

Deixando claro sua ideologia e os interesses por trás da reforma, o ministro chamou o velho regime de "porta da esquerda", no qual prevaleceriam os "muitos direitos e

poucos empregos". O novo seria a "porta da direita", com menos direitos e muitos empregos. A sociedade brasileira poderá comparar os dois. Ele aposta que o regime opcional para os jovens entrantes no mercado de trabalho fará com que se ateste as vantagens de regras menos rígidas a respeito dos direitos existentes hoje.

Na carteira de trabalho "verde e amarela" prevalecerá o contrato individual. Serão mantidos os direitos constitucionais (férias anuais de 30 dias, descanso semanal, 13º salário, bonificação de férias). Já os benefícios agregados aos contratos de trabalho por força de acordos sindicais – como valor dos vales transporte e refeição – podem ser subtraídos; e contenciosos entre patrões e empregados devem ser resolvidos na Justiça comum.

Com o tempo, a Justiça do Trabalho perderia sua clientela. O ministro salientou que a proposta de reforma previdenciária e trabalhista ainda não foi aprovada pelo presidente Jair Bolsonaro. Candidata a ser enviada ao Congresso tão logo a reforma previdenciária e trabalhista tiver sido aprovada, o ministro quer fazer uma reforma tributária "forte, drástica". Dos 54 impostos e contribuições deverão sobrar uns seis ou sete, disse.

MANTENHA-SE INFORMADO
www.bancariosprudente.org.br

JURÍDICO

VAI FAZER A HOMOLOGAÇÃO? SINDICATO DISPONIBILIZA ASSESSORIA JURÍDICA

Um dos principais retrocessos que a reforma trabalhista impôs aos trabalhadores foi o fim da obrigatoriedade de a homologação ser feita na entidade sindical, deixando os bancos à vontade e os trabalhadores sem proteção num momento em que estão bastante vulneráveis.

Em Presidente Prudente, alguns bancos estão lançando mão da prática, como o Itaú e o Santander. Edmilson Trevizan, presidente do Sindicato, acredita que a medida imposta pelos bancos pode lesar os bancários que estão sendo desligados sem a devida assistência do Sindicato na rescisão do contrato de trabalho.

Erros e omissões em rescisões são muito mais comuns do que muitos pensam. Com o acompanhamento do Sindicato, que é a legítima entidade repre-

sentativa dos trabalhadores, é possível, por exemplo, checar se a empresa tem alguma pendência com o trabalhador e também os documentos comprovando os depósitos na conta individual do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e eventuais guias de levantamento do seguro-desemprego.

Assim, para garantir que os trabalhadores tenham seus direitos assegurados, sem prejuízos quanto aos valores devidos pelo banco, ou mesmo verificar se a demissão foi legal, o Sindicato orienta que, no momento da homologação, eles estejam acompanhados por um advogado. Aos sindicalizados, é disponibilizado o atendimento por advogado designado pela entidade.

A assessoria jurídica pode ser solicitada pelo telefone 2104-1099.

ITAÚ UNIBANCO

TRABALHADORA COM DEFICIÊNCIA É DISCRIMINADA NO ITAÚ

Demissões discriminatórias, assédio moral, dificuldades em subir na carreira. Esta é a realidade enfrentada por pessoas com deficiência (PCD) que trabalham no Itaú, segundo um bancário que foi desligado do banco. “Eles só nos contratam para cumprir a cota, já que não temos as mesmas oportunidades que os outros trabalhadores”, relata, dizendo que trabalhadores nas mesmas condições tem sido demitidos sistematicamente. O preconceito é recorrente dentro do banco.

Uma funcionária da Agência de Pirapozinho foi demitida injustamente pelo banco, ela de imediato procurou o Departamento Jurídico do Sindicato que entrou com uma ação de reintegração.

O banco foi sentenciado a reintegrar a funcionária, com o mobiliário adequado. Quando do retorno ao trabalho a funcionária passou a trabalhar na função de caixa alternando no autoatendimento da agência. Ocorre que o Banco não providenciou a necessária adequação do mobiliário.

Dessa forma o Departamento Jurídico do sindicato informou ao Juízo sentenciante o descum-

primento da decisão.

Com efeito foi designada uma diligência de constatação na quarta-feira, dia 6, através de uma Oficiala de Justiça, da qual foi acompanhada pelos diretores do sindicato.



HUMOR

MINHA FILHA

Minha filha de 12 anos me perguntou:

– Mãe, você tem uma foto sua de quando era bebê? Preciso dela para uma tarefa da escola.

Dei uma foto a ela sem me lembrar de perguntar o tema do trabalho.

Dias depois, estava na sala de aula dela para uma reunião de pais, quando percebi meu retrato num mural. O título era “A coisa mais velha na minha casa”.

DESCOMISSIONAMENTOS EM TODO PAÍS GERAM AINDA MAIS INJUSTIÇAS

Mesa fez parte do processo de negociação permanente



A Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil reuniu-se, na quarta-feira (6), com a direção do banco numa Mesa de Negociação Permanente para tratar das mudanças no modelo de atendimento e gerenciamento das agências, escritórios de varejo e estilo.

O modelo de atendimento da Unidade de Atendimento Varejo (UNV) que estava em 4 praças (Joinville, Ribeirão Preto, Curitiba e Belém), foi ampliado para Brasília e São Paulo e, recentemente, estendido para 106 praças em todo o Brasil. Além da criação de uma nova unidade para gerenciar o modelo de atendimento: a UAV.

Os representantes dos funcionários levaram vários questionamentos colhidos nos locais de trabalho pelos sindicatos, pois além da ampliação do modelo da UAV, os escritórios e agências especializadas também mudaram a sua vinculação.

Houve questionamentos sobre estruturas das unidades, a ascensão profissional e trilha de carreira, bem como sobre alteração no nível das agências.

Os representantes do Banco do Brasil informaram que não há previsão sobre mudança no nível das agências. Está em estudos um modelo que contemple os diversos tipos de agências e escritórios, mas não há previsão de conclusão dos estudos.

O modelo foi expandido no meio de janeiro e os ajustes ainda estão sendo feitos, o que demandará novas reuniões para discutir problemas que aparecerem.

Um dos grandes problemas é que a quantidade de metas está maior que o volume de clientes, já que as carteiras foram migradas e muitos dos atendimentos não estão gerando conversão.

Houve denúncias de locais que estão atendendo clientes sem a senha, para evitar que o atendimento gere mais cobrança aos funcionários.

Houve cobrança para que as novas superintendências centralizadoras tenham contato com as entidades sindicais, uma vez que a resolução de problemas muitas vezes se dá em nível local, sem que vire uma demanda à diretoria, ouvidoria ou ação judicial.

Descomissionamentos

Os Sindicatos questionaram o Banco sobre uma nova onda de descomissionamentos e muito foi cobrado sobre os critérios, principalmente sobre o Gestão de Desempenho por Competências (GDP).

Foram citados os casos em que não há feedbacks ou anotações e também o caso de gerentes gerais que, se aproveitando da distância que as superintendências estão, tem informado que a ordem do descomissionamento vem das novas superintendências centralizadoras no Rio de Janeiro e São Paulo.

A Comissão de Empresa organizará atividades nacionais para denunciar a falta de critérios e perseguição promovida por alguns administradores.

Para Wagner Nascimento, coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do BB, uma onda de descomissionamentos só aumenta a pressão e adoecimento dos funcionários. “Há muito tempo a GDP acabou para muitos administradores e isso fica evidente quando nem quem descomissiona, nem quem é descomissionado entende e sabe explicar os critérios. O que parece é que existe meta de descomissionamento e não importa os critérios, vão cortar cabeças, cortar cargos e os salários dos funcionários. Por isso, é importante a luta por melhores condições de trabalho e a luta histórica dos sindicatos por aumentos salariais. Não há segurança nenhuma da permanência no cargo mesmo para quem tem boa avaliação.”

EXTINGUIR A JUSTIÇA DO TRABALHO É CAMINHO 'IRRACIONAL', DIZ MAGISTRADO



Durante ato nacional em defesa da Justiça do Trabalho, na terça-feira (5), em Brasília, o presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Guilherme Feliciano, afirmou que propor a extinção desse ramo do Judiciário é um "caminho irracional". Ele lembrou que a fala de Jair Bolsonaro, posteriormente desmentida, embora emblemática, não foi a única nesse sentido, e os ataques ocorrem há décadas.

"A Justiça do Trabalho não é uma jabuticaba brasileira, como dizem os incautos e os elitistas", afirmou Feliciano. "Jurisdição trabalhista há em todo mundo", acrescentou, durante o evento no Auditório Nereu Ramos da Câmara, que reuniu magistrados, advogados, servidores e parlamentares. "Este é um ato apartidário, plural e democrático, em defesa da JT e dos direitos sociais", definiu o presidente da Anamatra.

Desde janeiro, após a declaração de Bolsonaro em uma entrevista, em que admitiu a possibilidade de extinção, dependendo do ambiente institucional, foram realizadas manifestações pelo país em defesa do Judiciário trabalhista. Em São Paulo, o ato reuniu milhares de pessoas diante do Fórum Ruy Barbosa, na Barra Funda. Dias antes, o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Brito Pereira, disse ter conversado com o presidente da República e recebido a informação de que não havia planos nesse sentido. Por isso, o magistrado chegou a considerar "inconvenientes" as manifestações, que no entanto foram confirmadas.

"Aquela fala foi, sim, um indício emblemático,

na palavra de um supremo mandatário", observou Feliciano, destacando o "histórico de outras tantas falas, que muitas vezes com dados incorretos tentam estimular a ideia da extinção, ou da unificação ou da absorção da Justiça do Trabalho". O número na primeira instância caiu significativamente, mas apenas o TST julgou, no ano passado, quase 320 mil ações. "Entra pelos olhos de um cego que a questão não está no TST e a sua abolição poderá ser um subterfúgio e nunca uma solução", afirmou o magistrado, defendendo um "retumbante não às irracionais teses de extinção ou incorporação da Justiça do Trabalho", que ele definiu como "patrimônio institucional e reserva civilizatória".

O ato na Câmara foi organizado pela Anamatra, Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União (Fenajufe), Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (Abrat) e pelo Conselho Federal da OAB.

EDITAL ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA ESPECÍFICA

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários e Financeiros de Presidente Prudente e Região, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 55.357.867/0001-90, Registro Sindical nº 162139/60 por seu presidente abaixo assinado, convoca todos os empregados bancários, associados ou não, que prestam serviços no Banco Mercantil do Brasil S/A e ao Banco Mercantil de Investimento, na base territorial deste sindicato, para a assembleia extraordinária específica que se realizara no dia 14/02/2019 às 18h, em primeira convocação, e às 18h30min, em segunda convocação, no endereço sito À Rua Cassimiro Dias, 379 Vila Nova, para discussão e deliberação acerca da seguinte pauta: aprovação das minutas dos Acordos Coletivos de Trabalhos sobre PLR, com vigência compreendida pelo período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2019, a ser celebrado com o Banco Mercantil do Brasil S/A e com o Banco Mercantil de Investimento.

Presidente Prudente SP, 08 de Fevereiro de 2019

EDMILSON TREVIZAN
Presidente